



3798 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT26 - Educação do Campo

OS PRINCÍPIOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS ASSENTAMENTOS DO MST

Lorena Raquel de Alencar Sales de Moraes - UFPI - Universidade Federal do Piauí

Elmo de Souza Lima - UFPI - Universidade Federal do Piauí

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre os princípios políticos e pedagógicos que norteiam as Práticas Educativas desenvolvidas nas escolas dos assentamentos da Reforma Agrária coordenados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para nos ajudar a compreender essas experiências educativas dialogamos com Molina (2004), Caldart (2004), D'angostini (2011), Dalmagro (2011) e Freire (1996), dentre outros que discutem sobre as práticas educativas no contexto das escolas do campo. Compreendemos que as práticas educativas desenvolvidas pelo MST estão associadas à formação crítica dos camponeses, dentro de uma relação entre a luta política pela terra, a transformação social e a construção de outro modelo de sociedade justo e democrático. Concluímos o texto evidenciando importância dos princípios políticos do MST para construção das práticas educativas voltadas à formação crítica dos camponeses.

Palavra-chave: Educação do Campo. Prática Educativa. MST.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre os princípios políticos e pedagógicos que norteiam as práticas educativas desenvolvidas nas escolas dos assentamentos da reforma agrária vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Trata-se de um estudo de cunho qualitativo desenvolvido com base na análise das resoluções construídas nos encontros de educadores promovidos pelo MST, bem como, dos documentos sistematizados pelo Setor de Educação do Movimento e utilizados como referenciais políticos e pedagógicos que fundamentam os projetos políticos e pedagógicos das escolas dos assentamentos vinculados ao referido movimento.

O trabalho faz parte da pesquisa em andamento que estamos desenvolvendo no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí. A pesquisa está sendo desenvolvido no Assentamento 17 de abril, localizado município de Teresina - Piauí.

2. Breve contextualização do campo e das lutas dos movimentos sociais

O modelo de desenvolvimento do país, especificamente nas áreas rurais, estimula o fortalecimento do agronegócio, trazendo consigo consequências desastrosas, devido a utilização dos recursos naturais sem racionalização, a exploração da mão de obra, que resulta no crescimento da pobreza e da miséria das famílias no campo. Esta realidade contribui na ampliação do êxodo rural e consequentemente com o processo de favelização e o aumento da violência nas zonas urbanizadas.

Diante deste contexto, os camponeses organizaram-se através dos movimentos sociais com o propósito de se contraporem a este modelo de desenvolvimento instituído historicamente no campo, baseado na concentração da terra e na acumulação de riquezas a partir da degradação da natureza e da exploração do trabalho dos povos do campo.

Neste contexto de luta pela construção de outro modelo de desenvolvimento para o campo pautado na democratização da terra e na produção sustentável, os movimentos sociais vão priorizar também a luta pelo desenvolvimento de outro projeto de educação comprometido com emancipação dos camponeses e com a transformação social.

Com o propósito de avançar na construção de uma política de educação do campo, os movimentos sociais realizaram a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, no município de Luziânia – Goiás, reunindo educadores, pesquisadores, estudantes e lideranças dos movimentos. Neste evento, foi formalizado o “Movimento Nacional de Educação do Campo”, constituído por movimentos sociais, educadores, fundações, universidades, dentre outras instituições que se comprometeriam com a constituição de uma política de educação do campo.

A discussão da Educação do Campo está associada à superação do paradigma da educação rural que muitas vezes interpretar a vida camponesa como sendo atrasada e miserável, não necessitando de melhores condições de educação. Diante deste cenário, Caldart (2004) explica que,

O desafio teórico atual é o de *construir o paradigma (contra-hegemônico) da Educação do Campo: produzir teorias, construir, consolidar e disseminar nossas concepções*, ou seja, os conceitos, o modo de ver, as idéias que conformam uma interpretação e uma tomada de posição diante da realidade que se constitui pela relação entre campo e educação. (p. 12)

De acordo com os estudos de Caldart (2004), a concepção de educação do campo vem sendo construída a partir das contribuições de três

bases teóricas: "A primeira delas é a tradição do pensamento pedagógico socialista, que pode nos ajudar a pensar a relação entre educação e produção desde a realidade particular dos sujeitos do campo" (p.14) que vai trazer uma base para discussão da produção e do trabalho coletivo na formação humana.

A segunda referência para esta interlocução é a Pedagogia do Oprimido e a tradição pedagógica que surgiu a partir das experiências da Educação Popular, baseada na valorização da cultura e no desenvolvimento da consciência de uma sociedade de classe. E por fim "[...] a terceira referência pedagógica para a Educação do Campo vem de uma reflexão teórica mais recente, que estamos chamando de Pedagogia do Movimento", considerando uma visão de se chegar a produzir uma tradição pedagógica que tenha como bases referências o campo e as lutas sociais. (CALDART, 2004, p.14).

A partir das lutas dos movimentos sociais, educadores e pesquisadores militam na área da Educação do Campo, foram instituídas as *Diretrizes Operacionais* para a Educação Básica nas *Escolas do Campo* (BRASIL, 2003), materializando assim uma conquista de todo o movimento voltado ao camponês e suas condições de vida no interior.

As Diretrizes auxiliam os educadores que atuam nas áreas rurais de maneira que organizem e planejem suas aulas contemplando os aspectos da realidade dos seus alunos. O objetivo das Diretrizes da Educação do Campo é contribuir para a gestão e as práticas pedagógicas nas escolas do campo sendo, portanto, direcionado aos educadores que atuam nas áreas campestres.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p.37)

3. Os princípios políticos e pedagógicos que fundamentam as práticas educativas do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu, em 1984, no primeiro encontro do movimento em Cascavel, no Paraná, realizado com o objetivo de discutir e mobilizar a população a respeito da Reforma Agrária, tendo em vista a grave situação da concentração de terra no país, com grande número de latifúndios construídos no decorrer da História do Brasil. Nasce com o propósito de organizar os trabalhadores para lutarem pelo direito à terra e a dignidade no campo.

Neste processo de luta em torno da democratização da terra, o MST trouxe também para o campo o debate sobre a educação enquanto instrumento de formação crítica dos camponeses para enfrentar o processo de dominação política, econômica e ideológica instituído pelas oligarquias no meio rural.

A partir das lutas políticas do MST pela educação foi possível a conquista de projetos e programas governamentais para educação dos trabalhadores do campo, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que obteve fortalecimento em leis necessárias e específicas da Educação no e do Campo.

De acordo com os Cadernos Pedagógicos do MST (1996), os projetos educativos desenvolvidos nas escolas dos assentamentos coordenados pelo Movimento são construídos a partir dos princípios descritos no quadro abaixo:

Tabela 1 – Resumo dos Princípios Filosófico e pedagógicos para Educação do MST

Princípios Filosóficos	Princípios pedagógicos
	1) Relação entre teoria e prática.
	2) Combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação.
1) Educação para a transformação social: educação de classe, massiva, organicamente vinculada ao movimento social, aberta ao mundo para a ação e aberta para o novo.	3) A realidade como base da produção do conhecimento.
2) Educação para o trabalho e a cooperação.	4) Conteúdos formativos socialmente úteis.
3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana.	5) Educação para o trabalho e pelo trabalho.
4) Educação com/para valores humanistas e socialistas.	6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos.
5) Educação como um processo permanente de formação/transformação humana.	7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos.
	8) Vínculo orgânico entre educação e cultura.
	9) Gestão democrática.
	10) Auto-organização dos/das estudantes.
	11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras.
	12) Atitude e habilidades de pesquisa.
	13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (MST, 1996)

Desse modo, os projetos educativos desenvolvidos pelo MST buscam articular os princípios filosóficos e Pedagógicos, tendo como foco central a “relação teoria e prática”, com base da “produção do conhecimento socialmente úteis”, considerando os processos pedagógicos coletivos e individuais.

De maneira geral, os princípios da Educação do MST visam uma formação contínua do sujeito, envolvido ao movimento social, buscando através da formação construir a consciência de classe que leve a transformação da Sociedade e o modo de produção que a estrutura.

Os princípios que norteiam as Práticas Educativas estão dessa forma articulados as questões filosóficas e pedagógicas, pois consideram as concepções gerais relacionados os as pessoas a sociedade e os aspectos que as envolvem, assim como o fazer e a educação para concretizar os aspectos “filosófico-pedagógico”. Na visão de Caldart (2000, p. 205), o processo educativo no MST está associado às diferentes atividades e lutas desenvolvidas pelo movimento, dentro de um contexto de formação na e pela ação. Neste caso, os sujeitos se formam também através de sua inserção da luta sociais,

[...] seja em uma ocupação, um acampamento, um assentamento, uma marcha, uma escola. Os sem-terra se educam como *sem terra* (sujeito social, pessoa humana, nome próprio) *sendo* do MST, o que quer dizer construindo o Movimento que produz e reproduz sua própria identidade ou conformação humana e histórica. (CALDART, 2000, p. 205).

Dessa forma, os sujeitos que fazem parte do movimento, que vivenciam a singularidade do campo, a militância, a história de vida do camponês e a formação humana, são quem ajudam a construir o MST. Para a autora, compreender os próprios sujeitos que fazem parte do movimento é também compreender as práticas e princípios que norteiam o MST. (CALDART, 2000).

Ao estudar as práticas educativas das escolas do campo, mais especificamente nas escolas dos assentamentos, é necessário compreendermos *a priori* a luta pela terra, bem como, a situação agrária no país, tendo que os princípios que norteiam as práticas educativas nas escolas do MST buscam articular os processos educativos desenvolvidos nas escolas do campo às lutas pela terra e à construção de outro projeto de sociabilidade no meio rural. Neste caso, “Para compreendermos e discutirmos a educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em suas escolas, é fundamental entendermos o que causa a necessidade de sua existência, ou seja, a questão agrária e a luta pela terra no Brasil.” (D’ANGOSTINI, 2011, p. 161).

De acordo com Dalmagro (2011, p. 47-48), as práticas educativas desenvolvidas nas escolas do MST são organizadas a partir de três pilares em que podemos destacar no trecho a seguir “Do conjunto do trabalho com a educação escolar no MST, destacamos três aspectos que aparecem como “pilares” ou grandes objetivos do movimento para escola: a) a formação para novas formas de trabalho; b) para o reconhecimento elaborado e à ciência; e c) a formação de militantes” No primeiro pilar, “a formação para novas formas de trabalho” tem em vista aquele realizado diretamente no campo, incluindo a diversidade de profissões e atividades advindas a formação para o trabalho considera as diversas atividades desenvolvidas no campo “superação da dicotomia teoria e prática na escola, e a busca do entendimento da atualidade” . Já no segundo pilar “O acesso ao conhecimento elaborado e científico no MST” constituiu-se num [...] é instrumento imprescindível na compreensão e transformação da realidade [...] estabelecendo-se como um movimento “prático-teórico-prático”. A ciência se torna importante nesse processo de formação para escola do Movimento pois é vista como relevante na compreensão da realidade e conseqüentemente na transformação da mesma.

4. Considerações Finais

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem mostrando grande resistência à sociedade capitalista frente aos modos de vidas dos assentamentos e da educação concebida por este movimento. A escola com base nos princípios do MST está associada à luta pela terra e a implementação das políticas de reforma agrária no país, bem como a formação da militância tendo como base o trabalho não alienado. Dessa forma, é possível definir princípios que norteiam a Educação do Movimento busca estabelecer uma articulação entre trabalho, formação da identidade militante e a dialética.

No contexto da Educação do Campo, a escola pretende formar os sujeitos considerando também a importância da ciência na compreensão da realidade, dentro de um processo no qual, a teoria e a prática são indissociáveis na formação dos sujeitos. Dessa forma, é relevante a apropriação das discussões teóricas sem esquecer o chão e a prática dessa luta na busca de melhores condições de vida no campo.

A luta, a formação, a militância e o sujeito educativo envolvido no processo de construção da Educação e das Práticas Educativas do MST, estão indissociáveis. O sujeito que vivencia também constrói a sua Educação, o MST traz nos seus princípios políticos pedagógicos uma verdadeira construção da identidade do camponês.

5. Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 01/2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>> Acesso em: 17 dez. 2003.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Educação do campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação no Campo**. 2004, p. 10-30.

_____. **Pedagogia do Movimento sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

D’AGOSTINI, Adriana. A importância e a necessidade da teoria para construção da escola do MST. In: VENDRAMINI, Célia Regina. MACHADO, Ilma Ferreira. (Org.). **Escola e Movimento Sociais: experiência em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 161-182.

DALMAGRO, Sandra Luciana. A escola no contexto das lutas do MST. In: VENDRAMINI, Célia Regina. MACHADO, Ilma Ferreira. (Org.). **Escola e Movimento Sociais: experiência em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 43-78.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva**: o Pronera como Construção Prática e Teórica da Educação do Campo. 2004.

MST. **Princípios da Educação do MST**. Caderno de Educação Nº 8., Veranópolis: Iterra, 1996.

MST. Dossiê MST escola: Documentos e Estudos 1990-2001. **Caderno de Educação n. 13**. Veranópolis: Iterra, 2005.